



APROVADO POR

Unanimidade

Em 19/06/19



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL

PARECER

Relatores: José Gabriel Almeida / Joaquim Muniz / Paula Alonso

Palavras chave: Novo Código Comercial; empresário; direito comercial; direito empresarial; nome empresarial; comércio eletrônico; escrituração

EMENTA: *Projeto de Lei do Novo Código Comercial. apreciação Parcial. Parte Geral – Livro III - Dos bens e da atividade do empresário.*

1. Este parecer aborda o Livro III da Parte Geral (Dos bens e da atividade do empresário) do projeto de lei nº 487/2013 do Senado Federal para o novo Código Comercial.
2. A nossa Comissão Permanente de Direito Empresarial do IAB (“Comissão”) assumiu a missão de revisar o Projeto de Código Comercial e apresentar pareceres endereçando parcelas da volumosa proposta legislativa.
3. O projeto traz algumas mudanças importantes relativas à organização da atividade empresarial e ao registro público de empresas, tais como a adoção do conceito de nome empresarial e regras específicas conforme o tipo societário adotado e sua proteção em âmbito nacional. Por outro lado, perdeu oportunidade de abordar questões atinentes ao estabelecimento empresarial virtual, por exemplo, e seus reflexos nas relações empresariais em um cenário atual onde uma gama enorme de multiplicidade de transações ocorrem em ambiente virtual.
4. Apresentamos abaixo as nossas contribuições específicas ao projeto:



a) Artigo 73

Art. 73. O nome empresarial da sociedade anônima ou limitada pode ser composto com o aproveitamento, total ou parcial, do nome civil de um ou mais de seus sócios, de antigo sócio, de pessoa que tenha concorrido com o êxito da empresa ou do fundador.	Art. 73. O nome empresarial da sociedade anônima ou limitada pode ser composto com o aproveitamento, total ou parcial, do nome civil de um ou mais de seus sócios, de antigo sócio <u>ou</u> de pessoa que tenha concorrido com o êxito da empresa ou do fundador .
<i>Maior clareza textual, visto que o fundador já estaria abarcado pelo conceito do antigo sócio.</i>	

b) Artigo 82

Art. 82. A constituição de estabelecimento secundário, tal como sucursal, filial ou agência, deve ser objeto de arquivamento na Junta Comercial da sede da sociedade e comunicada à do local do estabelecimento secundário.	Art. 82. A constituição de estabelecimento secundário, tal como sucursal, filial ou agência, deve ser objeto de arquivamento na Junta Comercial da sede da sociedade <u>que comunicará a Junta Comercial</u> do local do estabelecimento secundário.

c) Artigo 85, §2º:

Art. 85. Se o trespasse não tiver por objeto todos os estabelecimentos de um empresário, o adquirente responde apenas pelo passivo do alienante regularmente escriturado para o estabelecimento ou estabelecimentos objeto de contrato. § 1º. Se a escrituração do empresário alienante não discriminava o passivo relativo ao estabelecimento objeto de alienação, o contrato deve mencionar as obrigações passivas do alienante pelas quais passa a responder o adquirente. § 2º. A discriminação de que trata o parágrafo anterior só tem eficácia perante	Art. 85. Se o trespasse não tiver por objeto todos os estabelecimentos de um empresário, o adquirente responde apenas pelo passivo do alienante regularmente escriturado para o estabelecimento ou estabelecimentos objeto de contrato. § 1º. Se a escrituração do empresário alienante não discriminava o passivo relativo ao estabelecimento objeto de alienação, o contrato deve mencionar as obrigações passivas do alienante pelas quais passa a responder o adquirente. § 2º. A <u>responsabilidade do adquirente pelas obrigações passivas</u> discriminação de que trata o parágrafo
--	--



terceiros depois de arquivada no Registro Público de Empresas.	anterior só tem eficácia perante terceiros depois de <u>arquivado o trespasse</u> no Registro Público de Empresas.
<i>Maior clareza textual para esclarecer que o trespasse que será registrado e não a discriminação do passivo na escrituração do empresário alienante.</i>	

d) Artigo 87, §1º

<p>Art. 87. Se, após a alienação, ao alienante não restarem bens suficientes à satisfação do seu passivo, a transferência do domínio do estabelecimento empresarial somente gerará efeitos perante o credor quirografário ou subordinado que com ela tiver anuído, sem prejuízo do disposto relativamente às dívidas regularmente contabilizadas.</p> <p>§ 1º A suficiência do ativo para a satisfação do passivo após a alienação será demonstrada por meio de Balanço Patrimonial Especial, levantado no dia imediatamente seguinte ao do contrato, auditado e publicado por uma vez, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação da sede do alienante, nos quinze dias seguintes.</p>	<p>Art. 87. Se, após a alienação, ao alienante não restarem bens suficientes à satisfação do seu passivo, a transferência do domínio do estabelecimento empresarial somente gerará efeitos perante o credor quirografário ou subordinado que com ela tiver anuído, sem prejuízo do disposto relativamente às dívidas regularmente contabilizadas.</p> <p>§ 1º A suficiência do ativo para a satisfação do passivo após a alienação será demonstrada por meio de Balanço Patrimonial Especial, levantado no dia imediatamente seguinte ao do contrato, <u>auditado e publicado, de forma resumida, por uma vez, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação da sede do alienante, nos quinze dias seguintes e com divulgação simultânea da íntegra na página do mesmo jornal na internet que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).</u></p>
<i>Compatibilização com o procedimento simplificado adotado pela Lei 13.818/2019 para as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades Anônimas.</i>	

e) Artigo 89



Art. 89. Salvo disposição em contrário na lei ou no contrato, o trespasse importa a sub-rogação do adquirente nos contratos firmados pelo alienante ligados especificamente ao estabelecimento alienado, se não tiverem caráter pessoal.	Art. 89. Salvo disposição em contrário na lei ou no contrato, o trespasse importa a sub-rogação do adquirente nos contratos firmados pelo alienante <u>ligados relacionados</u> ao estabelecimento alienado, se não tiverem caráter pessoal.
<i>Maior clareza textual.</i>	

f) Artigo 94, parágrafo único

Art. 94. O empresário está sujeito, no comércio eletrônico, às mesmas obrigações impostas por lei relativamente ao exercício de sua atividade no estabelecimento empresarial, salvo expressa previsão legal em contrário.	Art. 94. O empresário está sujeito, no comércio eletrônico, às mesmas obrigações impostas por lei relativamente ao exercício de sua atividade no estabelecimento empresarial, salvo expressa previsão legal em contrário.
Parágrafo único. O empresário que se utilizar de ambiente eletrônico em sua atividade deve adotar medidas mínimas de segurança das informações trocadas nas transações comerciais, atualizando-as periodicamente, com base na evolução da tecnologia e na experiência adquirida.	Parágrafo único. O empresário que se utilizar de ambiente eletrônico em sua atividade deve adotar medidas mínimas de segurança das informações trocadas nas transações comerciais, atualizando-as periodicamente, com base na evolução da tecnologia e na experiência adquirida.
<i>Compatibilização com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).</i>	

g) Artigo 95

Art. 95 . O sítio de empresário acessível pela rede mundial de computadores deve conter a política de privacidade e os termos de uso, devendo ser disponibilizada ligação direta para esses documentos na página introdutória.	N/A
§ 1º. Na política de privacidade do sítio, devem ser claramente mencionados os dados dos empresários usuários que são coletados e a sua forma de tratamento e de compartilhamento, bem como os meios de instalação e desinstalação de	



<p>programas no computador de quem acessa o sítio.</p> <p>§ 2º. Nos termos de uso do sítio, devem ser especificados os direitos e deveres dos empresários usuários e do empresário responsável pelo sítio, pertinentes à relação jurídica decorrente do acesso ao ambiente eletrônico.</p>	
--	--

h) Artigo 96

<p>Art. 96. Sendo o sítio destinado apenas a viabilizar a aproximação entre empresários, que sejam potenciais interessados na realização de negócios entre eles, aquele que o mantém não responde pelos atos praticados por vendedores e compradores de produtos ou serviços por ele aproximados, mas deve:</p> <p>I - retirar do sítio as ofertas que lesem direito de propriedade intelectual alheio, nas vinte e quatro horas seguintes ao recebimento de notificação emitida por quem seja comprovadamente o seu titular;</p> <p>II - disponibilizar no sítio um procedimento de avaliação dos vendedores pelos compradores, acessível a qualquer pessoa;</p> <p>III - cumprir o artigo anterior relativamente à política de privacidade e aos termos de uso.</p>	N/A
<i>Compatibilização com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).</i>	

i) Artigo 109, §1º

<p>Art. 109. Qualquer que seja o suporte, os livros devem ser autenticados pelo empresário individual ou pelo administrador da sociedade no Registro Público de Empresas, nos quatro meses seguintes ao término do exercício.</p>	<p>Art. 109. Qualquer que seja o suporte, os livros devem ser autenticados pelo empresário individual ou pelo administrador da sociedade no Registro Público de Empresas, nos quatro meses seguintes ao término do exercício.</p>
--	--



§ 1º. O Registro Público de Empresas só autenticará os livros do empresário formal.	§ 1º. O Registro Público de Empresas só autenticará os livros do empresário formal <u>ou de sociedade devidamente inscrita no Registro Público de Empresas.</u>
<i>Maior clareza textual.</i>	

j) Artigo 120, parágrafo único

Art. 120. São demonstrações contábeis de elaboração obrigatória: I – o balanço patrimonial; e II – a demonstração de resultado. Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos seguintes empresários, sujeitos à legislação própria: I – microempreendedor individual, microempresário e empresário de pequeno porte; II – sociedade de grande porte; e III – sociedade anônima	Art. 120. São demonstrações contábeis de elaboração obrigatória: I – o balanço patrimonial; e II – a demonstração de resultado. Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos seguintes empresários, sujeitos à legislação própria: I – microempreendedor individual, microempresário e empresário de pequeno porte; II – sociedade de grande porte, <u>conforme definida em lei especial</u> ; e III – sociedade anônima
<i>Revisão permite que não fique anacrônico no caso de novo conceito definido em legislação especial sobre o assunto.</i>	

5. Com as sugestões visando a compatibilização com a legislação específica em vigor e assegurar maior clareza à harmonização pretendida por meio da nova codificação, recomenda-se a aprovação do projeto.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2019.

JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA

Membro da Comissão Permanente de Direito Empresarial

JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ

Membro da Comissão Permanente de Direito Empresarial

PAULA ALONSO

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Direito Empresarial